

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 20/2013**

Período: 15/06/2013 – 21/06/2013

GEDES – Brasil

- 1- Exército realizou teste de sistema de comunicação crítica
- 2- Operação de defesa para a Copa das Confederações conta com 23 mil militares
- 3- Jornal relata episódio envolvendo militante da VAR-Palmares durante o regime militar
- 4- Blindado do Exército será produzido em Sete Lagoas
- 5- Ministério da Defesa elogiou atuação da Polícia Militar na contenção de protestos
- 6- Viúva defendeu médico acusado de tortura
- 7- Morre ex-militante comunista
- 8- Grupo teatral agiu contra o regime militar
- 9- Documentos levam a Comissão Nacional da Verdade a rever direitos dos índios
- 10- “Transe do passado” impede progresso da democracia, segundo psicólogo
- 11- Marinha suspendeu treinos em arquipélago
- 12- Militares depuseram na Comissão Nacional da Verdade e na Comissão Estadual do Rio de Janeiro
- 13- Governador da Bahia mobilizou o Exército para combater assaltos
- 14- Militares cassados defenderam a revisão da Lei da Anistia
- 15- Fonteles desligou-se da Comissão Nacional da Verdade
- 16- Militares fazem a segurança dos principais prédios do governo brasileiro em Brasília
- 17- Celso Amorim fala sobre defesa cibernética

1- Exército realizou teste de sistema de comunicação crítica

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Exército realizou, pela primeira vez em um grande evento, testes de comunicação crítica, a qual permite transmissão de imagens. Os testes foram realizados durante jogo Brasil e Japão, pela Copa das Confederações e seus custos não foram pagos pela Força, no momento, por ser um teste. De acordo com o comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX), general Antonino dos Santos Guerra Neto, o sistema de comunicação crítica permite que “a decisão e a reação das forças de segurança sejam mais rápidas”. Segundo o *Correio*, o valor dos equipamentos está estimado em R\$ 2 milhões. (*Correio Braziliense* – 15/06/13)

2- Operação de defesa para a Copa das Confederações conta com 23 mil militares

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 14/06/13 foi anunciado que a Copa das Confederações conta com uma operação militar de defesa formada por 23 mil militares das três Armas e um investimento de R\$ 710 milhões. (*O Estado de S. Paulo* – Esporte – 15/06/13)

3- Jornal relata episódio envolvendo militante da VAR-Palmares durante o regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-militante do grupo de esquerda Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-palmares) e ex-marido da presidenta da República Dilma Rousseff, Carlos Franklin Paixão de Araújo, foi preso no dia 11/08/1970 nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo. Submetido a torturas, Araújo buscou uma forma de não fornecer informações de companheiros de militância. Segundo *O Estado*, no dia 12/08/70, Araújo mentiu para os agentes que coordenavam o Dops que teria um encontro marcado com Carlos Lamarca, um dos militantes mais procurados pelo regime militar (1964-1985), na rua Clélia, localizada no bairro da Lapa na cidade de São Paulo. Ao chegar ao local, o ex-militante chocou-se, intencionalmente, com um veículo em movimento, visando sofrer ferimentos, que poderiam, ao invés de provocar sua morte, levá-lo ao hospital. Dessa forma, Araújo pode se livrar, por um período, das sessões de tortura. Após o acidente, os agentes que o acompanhavam pediram que ninguém descesse do carro e apreenderam seus documentos; um dos agentes sugeriu ao motorista que matasse Araújo naquele momento, sugerindo que passasse por cima do corpo do ex-militante, ação não praticada pelo motorista. Após um tempo internado, Araújo não mais representava um grande interesse ao regime militar, apesar de ainda ficar preso por 4 anos. De acordo com *O Estado*, até recentemente, Araújo não tinha conhecimento de que o motorista era Darcy da Rocha Camargo e que ele havia se recusado a matá-lo. No dia 12/06/13 os dois se falaram por telefone, entrando em contato pela primeira vez após o ocorrido. (*O Estado de S. Paulo – Brasil – 15/06/13*)

4- Blindado do Exército será produzido em Sete Lagoas

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o Guarani, novo blindado sobre rodas patenteado pelo Exército brasileiro, será produzido pela Iveco na recém-inaugurada fábrica de veículos militares de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais. Está prevista a fabricação de 2044 unidades do veículo, totalizando um orçamento de U\$ 6 bilhões. (*Correio Braziliense – 16/06/13*)

5- Ministério da Defesa elogiou atuação da Polícia Militar na contenção de protestos

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, afirmou que a Polícia Militar teve atuação elogiada pelo Ministério da Defesa ao deter manifestantes durante protesto em frente ao Estádio Nacional em Brasília. Os oficiais utilizaram bombas e gás lacrimogêneo a fim de dispersar o movimento e detiveram trinta manifestantes. (*Correio Braziliense – 16/06/13*)

6- Viúva defendeu médico acusado de tortura

De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*, a viúva do médico psiquiatra Amílcar Lobo Moreira da Silva, acusado de ser torturador durante o regime militar (1964-1985), Maria Helena Gomes de Souza, afirmou que seu marido

não praticou tais atos. Souza afirmou que o crime de Lobo foi a omissão e contou que, mesmo quando o ex-general do Exército Sylvio Frota apareceu em seu consultório exigindo que permanecesse no Exército, Lobo recusou-se. Por possuir informações privilegiadas, o psiquiatra foi perseguido e, por duas vezes, quase morto. Em 1986, Lobo denunciou ter visto, 15 anos antes, o ex-deputado federal Rubens Paiva preso no Batalhão da Polícia do Exército. O médico, que teve seu registro cassado, negou ter participado de sessões de tortura, mas ex-presos afirmaram que Lobo era responsável por aplicar-lhes “soro da verdade” antes de interrogatórios. Souza entrou com pedido de indenização na Comissão de Anistia, na tentativa de defender o marido, mas o processo está parado. A viúva afirmou ainda que pretende ser ouvida pela Comissão Nacional da Verdade, pois não aceita que a responsabilidade seja colocada somente em Lobo. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/06/13)

7- Morre ex-militante comunista

Conforme publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari lembrou a contribuição cultural de Jacob Gorender, ex-militante comunista falecido no dia 11/06/13, durante o regime militar (1964-1985). Gorender, enquanto preso político, traduzia livros de filósofos alemães e publicava o trabalho com o nome da esposa. Após ser libertado, trabalhou na editora Abril Cultural, auxiliando a publicação da coleção dos filósofos. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/06/13)

8- Grupo teatral agiu contra o regime militar

Em coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o poeta Ferreira Gullar lembrou a contribuição da classe teatral para a realização da Passeata dos Cem Mil. Gullar afirmou que o show “Opinião”, que deu origem ao Grupo Opinião, foi o primeiro espetáculo a contestar o regime militar (1964-1985). O Grupo, ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), aproveitou a falta de censura voltada ao teatro para mobilizar a classe teatral. Com o aumento da censura, a classe teatral e intelectuais de diferentes áreas se reuniram clandestinamente e planejaram uma manifestação de caráter massivo. Com o apoio de Vladimir Palmeira,, na época militante de esquerda, mobilizaram diversos setores da sociedade e realizaram a primeira grande manifestação contra o regime militar: a Passeata dos Cem Mil, em 1968. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 16/06/13)

9- Documentos levam a Comissão Nacional da Verdade a rever direitos dos índios

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o grupo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que analisa a questão indígena no regime militar (1964-1985) recuperou documentos que apontam irregularidades na ocupação de terras pertencentes aos índios. Os documentos indicam focos de tensão fundiária nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul e apontam que as irregularidades tinham início nos serviços públicos, envolvendo frequentemente funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Um dos documentos, assinado pelo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general de brigada Emilio Garrastazu Médici, comprova a “grilagem de terras pertencentes

aos indígenas”. Em 1968, uma comissão organizada pelo Ministério do Interior concluiu um documento, conhecido como Relatório Figueiredo, que analisou o esbulho de terras indígenas com apoio de servidores públicos e relatou, em um de seus anexos, o desvio de terras indígenas a produtores rurais. Segundo o colaborador do grupo dedicado à questão indígena que descobriu o Relatório Figueiredo no Museu do Índio, Marcelo Zelic, “o governo não pode ignorar quem comprou terras de boa-fé, criando meios para indenizá-los, mas também não pode virar as costas para os índios”. O antropólogo e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes, afirmou que parte dos militares planejou integrar os índios à sociedade nacional através da aculturação. Para isso, exploraram os escândalos do SPI através dos documentos militares, a fim de extinguir o Serviço de Proteção ao Índio. (O Estado de S. Paulo – Política – 16/06/13)

10- “Transe do passado” impede progresso da democracia, segundo psicólogo
Conforme publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o psicólogo Tales Ab’Sáber criticou a relutância do Estado brasileiro em assumir a violência histórica cometida durante o regime militar (1964-1985). Segundo Ab’Sáber, o processo de elaboração democrática da verdade é ameaçado por um “transe do passado”, consistente da repetição intensa de sintomas, que freia o desenvolvimento da consciência pública e impede que criminosos sejam oficialmente reconhecidos. Embasados pela Lei da Anistia (1979), alguns insistem que o país não deve fazer nada a respeito do passado. O psicólogo reforçou a necessidade de obedecer às leis internacionais de direitos humanos que o Brasil assina e condenou leis de anistia estabelecidas em benefício dos próprios agentes. Para Ab’Sáber, “o torturador e o assassino, agente de ditaduras, existem por se acreditarem ao abrigo de toda lei. Por isso esses crimes têm que ser radicalmente imprescritíveis. Só assim a humanidade chegará um dia a punir e a produzir uma política sem o artifício do terror.” (O Estado de S. Paulo – Aliás – 16/06/13)

11- Marinha suspendeu treinos em arquipélago

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha anunciou o fim dos treinos de tiro no Parque Nacional Marinho Arquipélago dos Alcatrazes, área famosa por sua fauna. A notícia foi divulgada em audiência na Câmara dos Deputados. (O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 16/06/13)

12- Militares depuseram na Comissão Nacional da Verdade e na Comissão Estadual do Rio de Janeiro

Segundo o periódico *Correio Braziliense* cinco militares, sendo dois do Exército e três da Marinha, depuseram, no dia 19/06/13, na Comissão Nacional da Verdade e na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Os militares participaram, durante o regime militar (1964-1985), da resistência democrática, o que os levou a serem presos e cassados. A sessão ocorreu no auditório da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro, no prédio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e foi coordenada pelo advogado e presidente

da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous. (Correio Braziliense – 18/06/13)

13- Governador da Bahia mobilizou o Exército para combater assaltos

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o governador do estado da Bahia, Jaques Wagner, mobilizou o Exército, juntamente com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Secretária de Segurança Pública e o Ministério Público, para combater os assaltos na saída dos bancos, a popularmente conhecida "saidinha bancária". (Correio Braziliense – 19/06/13)

14- Militares cassados defenderam a revisão da Lei da Anistia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, os coronéis do Exército Ivan Proença e Bolívar Meirelles, cassados durante o regime militar (1964-1985), defenderam a revisão da Lei da Anistia (1979) durante audiência da Comissão Nacional da Verdade. Proença afirmou que "a lei foi feita por eles, pelos torturadores. É preciso que haja uma modificação". Meirelles, por sua vez, afirmou que "tortura é um crime comum. Tem que ir para a cadeia". (Folha de S. Paulo - Poder – 19/06/13)

15- Fonteles desligou-se da Comissão Nacional da Verdade

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 18/06/13, o ex-procurador geral da República, Cláudio Fonteles, renunciou ao cargo de membro da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Fonteles afirmou que os motivos de sua saída são "estritamente pessoais". Por outro lado, os periódicos relacionaram a decisão de Fonteles às "divergências do colegiado sobre a divulgação de investigações, revisão da Lei da Anistia, com punições a agentes do Estado que atuaram na ditadura, e abertura dos arquivos do regime militar". De acordo com coluna opinativa do jornalista Ari Cunha, publicada no jornal *Correio Braziliense*, Fonteles renunciou por considerar que sua substituição deveria ser feita. O jornalista afirmou ainda que Fonteles "fez o que pôde e fez benfeito" enquanto membro da CNV. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Rosa Cardoso da Cunha, coordenadora da CNV, afirmou que há divergências internas no grupo, contudo elas os ajudam a avançar teórico e politicamente. Cardoso também minimizou a crise que levou a saída de Fonteles do colegiado. De acordo com a *Folha*, membros do grupo afirmaram que Fonteles estava insatisfeito com parte do colegiado que queria trocar o secretário-executivo, Pedro Pontual, pelo diplomata André Saboia, a pedido de Cardoso. Além disso outras divisões internas como a falta de transparência, duramente criticada pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, fizeram com que a atual coordenadora da CNV solicitasse a divulgação, no site do grupo, dos depoimentos dados ao colegiado. Cardoso declarou que "será difícil para o colegiado assumir as atividades que eram desenvolvidas por Fonteles", que coordenava o levantamento sobre mortos e desaparecidos e o Estado ditatorial-militar (1964-1985) no Arquivo Nacional, em Brasília. Entretanto, Cardoso garantiu que o grupo finalizará seus trabalhos no fim de 2014. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o cientista político Renato Lima de Oliveira, afirmou que a Comissão Nacional da Verdade

(CNV) deve definir se busca esclarecer aquilo que ainda não se sabe sobre o regime militar (1964-1985) ou “se existe apenas para abrir o caminho que levará à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos”. Segundo Oliveira, ao colocar em pauta a questão da revisão da Lei da Anistia (1979), a CNV perde a possibilidade de colaboração dos agentes do Estado, que podem possuir informações importantes para o esclarecimento do período. (Correio Braziliense – Colunas – 20/06/13; Folha de S. Paulo - Poder – 19/06/13; Folha de S. Paulo – Poder – 21/06/13; O Estado de S. Paulo - Política – 19/06/13)

16- Militares fazem a segurança dos principais prédios do governo brasileiro em Brasília

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, militares do Exército foram destacados para proteger quatro prédios públicos localizados na capital federal, Brasília, sendo eles o Palácio do Planalto, sede do governo; a Granja do Torto e os palácios da Alvorada e do Jaburu, sendo os dois primeiros residências oficiais da presidenta da República, Dilma Rousseff e o último do vice-presidente da República, Michel Temer. Conforme a *Folha de S. Paulo*, objetivo era garantir a segurança das autoridades e servidores públicos que ali trabalham, além de evitar a depredação desses prédios, durante as manifestações que vem ocorrendo por todo país ao longo das últimas semanas. A responsabilidade desta operação ficou a cargo do Comando Militar do Planalto, juntamente com o Comando do Exército e demais forças de segurança, responsáveis pelo monitoramento das manifestações. De acordo com a *Folha*, é normal as tropas estarem de prontidão em todos os estados em que houve protestos, pois é de responsabilidade das Forças Armadas o mapeamento detalhado de “alvo sensíveis” em todo o país. Além disso, o Exército tem atuado na identificação de manifestantes radicais, por meio de sua área de inteligência. Segundo o *Correio Braziliense*, os Fuzileiros Navais foram chamados durante a manhã do dia 20/06/13, para reforçar a segurança do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, durante as manifestações que ocorreriam durante a tarde na região. Porém a Marinha, responsável pela segurança interna do prédio, se recusou a aumentar o efetivo, o que decorreu na invasão do Itamaraty. Após a entrada forçada de manifestantes no salão principal e vandalização do prédio, os Fuzileiros Navais foram chamados a ocupar o local e evitar que novas tentativas de depredação ocorressem. (Correio Braziliense – 21/06/13; Correio Braziliense – Cidades - 21/06/13; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/06/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/06/13)

17- Celso Amorim fala sobre defesa cibernética

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que o sistema de espionagem dos Estados Unidos (EUA) preocupa não somente o Brasil, mas outros países. Para ele, apenas pessoas em posições-chaves podem estar sendo monitoradas pelo sistema de vigilância. Amorim crê que foi alvo de escutas telefônicas quando era embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), e cuidava de três comissões sobre o Iraque. Entretanto, o ministro não pediu uma investigação sobre o caso, porque seu trabalho nessas comissões era de conhecimento público. Por

causa disso, Amorim defende que o Brasil invista em “defesa cibernética”, evitando assim que os sistemas brasileiros sejam invadidos. Segundo o ministro, foi com esse intuito que se criou o Centro de Defesa Cibernética do Exército, mesmo com poucos recursos (R\$ 70 milhões). Para Amorim, os gastos com defesa tem sido razoáveis partindo de um contexto de dificuldades, pois hoje o país investe 1,5% do seu produto interno bruto (PIB) na área, podendo chegar a 2% nos próximos dez anos. Além disso, o ministro enfatizou a necessidade de defesa para a região cujo objetivo seja a proteção dos recursos naturais, que podem se tornar alvo de cobiça externa. (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/06/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal Moraes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).